

Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento

Sandrina Berthault Moreira*

Nuno Crespo**

1. Introdução

Durante um longo período, nomeadamente na fase posterior à Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos países estava essencialmente associado ao seu nível de crescimento económico, sendo este considerado como uma condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, de que dependiam os ganhos de bem-estar da população. No contexto da avaliação quantitativa do nível de desenvolvimento, a implicação mais imediata desta estreita ligação entre os dois conceitos consistiu na utilização, de forma sistemática, de indicadores de crescimento económico, nomeadamente o nível de rendimento *per capita* enquanto medida exclusiva de desenvolvimento.

* ESCE – IPS, Departamento de Economia e Gestão e PROTEC; sandrina.moreira@esce.ips.pt

* ISCTE-IUL, Departamento de Economia e ERC/UNIDE¹; nuno.crespo@iscte.pt

¹ Os autores agradecem o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UNIDE; PROTEC.

Contudo, a partir da década de 1970 verifica-se um ponto de viragem decisivo nas abordagens e práticas do desenvolvimento, assistindo-se à emergência de novos e mais abrangentes conceitos de desenvolvimento. Os novos conceitos que se foram estruturando assentam fundamentalmente numa perspectiva multidimensional e interdisciplinar, vindo a estabilizar nos conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social.

Em paralelo, várias tentativas começaram a emergir no sentido de corrigir, complementar ou substituir o rendimento *per capita* enquanto medida sumária de desenvolvimento, assistindo-se, progressivamente, a uma mudança de abordagem na medição do desenvolvimento, que de uni passa a multidimensional. Neste contexto, ganha especial destaque o recurso a indicadores compostos de desenvolvimento, como os referenciados em vários *surveys*, de que Booysen (2002), Bandura (2008) ou Saisana (2008) são exemplos representativos.

Neste âmbito de análise, o presente artigo aborda a noção de desenvolvimento e a sua forma de medição, procurando ilustrar, em termos conceptuais, a natureza multidimensional do fenómeno do desenvolvimento e sistematizando os diferentes conceitos de desenvolvimento que têm emergido na literatura ao longo das décadas mais recentes.

Para além destas considerações introdutórias, o artigo encontra-se estruturado em cinco partes fundamentais. A secção 2 sintetiza a associação predominante, durante um largo período, entre crescimento e desenvolvimento, abordando o conceito de desenvolvimento económico. A secção 3 sintetiza as mensagens centrais que decorrem de algumas das principais abordagens teóricas do desenvolvimento. A secção 4 expõe os elementos caracterizadores dos novos conceitos de desenvolvimento que emergem a partir da década de 1970. A secção 5 aborda as implicações deste alargamento conceptual da noção de desenvolvimento para a sua análise quantitativa. Finalmente, a secção 6 apresenta algumas observações conclusivas.

2. O conceito de desenvolvimento económico

A tendência verificada, em termos empíricos, para diferenças nas taxas de crescimento entre países e, no mesmo país, ao longo do tempo justifica, por si só, o interesse suscitado pela análise do crescimento económico por parte, entre muitos outros, de autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus ou Karl Marx e, mais recentemente, Robert Solow, Paul Romer ou Robert Lucas.²

A tendência para os economistas *mainstream* “evitarem” a análise da complexidade do processo de desenvolvimento deve-se, essencialmente, a duas principais ordens de razões:

- (i) *“the complexity of the real world may be such that the attempt to portray it by a model simple enough to have analytical solutions, or diagrammatic solutions, is foredoomed to failure”* (Scott, 1989, p. 127);
- (ii) *“the universal features of economic development – health, life expectancy, literacy, and so on – follow in some natural way from the growth of per capita GNP”* (Ray, 1998, p. 9).

Talvez a principal característica da abordagem económica *mainstream* (neoclássica) consista numa excessiva preocupação com a construção de modelos (Brinkam, 1995). A visão neoclássica de absoluta necessidade de formalização explica que autores como Lucas (1988) assumam *“growth theory defined as those aspects of economic growth we have some understanding of, and development defined as those we don’t”* (Lucas, 1988, p. 13) e, nessa medida, se centrem apenas na problemática do crescimento económico, estudando as fontes e os factores desse crescimento, através da construção de modelos de diferente inspiração teórica.

² Na secção seguinte abordaremos, sumariamente, alguns dos traços essenciais das principais perspectivas teóricas sobre o crescimento e o desenvolvimento.

Por seu lado, no que respeita à associação entre rendimento *per capita* e outras dimensões do desenvolvimento, a evidência empírica não se revela conclusiva. Autores como Pritchett e Summers (1993) ou Gangadharan e Valenzuela (2001) apresentam prova empírica da existência de uma estreita ligação entre rendimento e outros indicadores que afectam a qualidade de vida, enquanto para Preston (1975) ou Easterly (1999) a ligação é ténue. Kenny (2005) faz referência a este balanço misto, sendo os resultados do seu estudo concordantes com os autores que questionam a validade daquela relação, i.e. *“that income is the driving factor behind improvements in a number of potential measures of elements of the quality of life”* (Kenny, 2005, p. 2). Não sendo possível estabelecer uma relação inequívoca entre rendimento *per capita* e vários outros elementos constitutivos do desenvolvimento ou qualidade de vida, analisá-lo exclusivamente por intermédio do rendimento *per capita* afigura-se insuficiente, exigindo-se abordagens mais abrangentes.

Actualmente, apesar de não haver uma definição universalmente aceite, existe um amplo consenso de que desenvolvimento tem claros pontos de contacto com outros conceitos utilizados na literatura (frequentemente de forma indiferenciada) como bem-estar e qualidade de vida. Por exemplo, Simon (2003) define desenvolvimento como: *“a diverse and multifaceted process of predominantly positive change in the quality of life for individuals and society in both material and non-material respects”* (Simon, 2003, p. 8).

Crescimento económico toma um sentido cada vez mais restrito e contrapõe-se, portanto, a desenvolvimento, que engloba o crescimento económico propriamente dito e as suas implicações sobre o bem-estar das pessoas e o próprio sistema social (Matos, 2000). Bem-estar e qualidade de vida das populações estão associados ao desenvolvimento dos respectivos espaços económicos (usualmente países), uma vez que reflectem, globalmente, os benefícios que as pessoas obtêm sobre as várias dimensões do desenvolvimento.

Desenvolvimento é, necessariamente, um conceito normativo: *“what is or is not regarded as a case of “development” depends inescapably on the values and interests of the society in question”* (Simon, 2003, p. 8).

pably on the notion of what things are valuable to promote" (Sen, 1988, p. 20). Morse (2004) é também peremptório quando questiona os termos "*positive change*" e "*quality of life*" – acima referidos na definição de Simon (2003) – e adianta que, em última análise, não é possível evitar juízos de valor. Em síntese, o conceito de desenvolvimento e outros com ele fortemente relacionados estão claramente envolvidos num grau significativo de subjectividade.

3. Principais perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento económico

A análise teórica dos problemas do desenvolvimento (e do crescimento) é uma área de múltiplos contributos e perspectivas diversas, transversal a várias correntes de pensamento económico. Nesta secção, fazemos breve menção a algumas das principais abordagens sobre esta questão.

Para Adam Smith, o crescimento económico surge como um processo cumulativo em que a acumulação de capital gerada pela poupança permite uma crescente divisão do trabalho, com os inerentes ganhos de produtividade. Tal levará ao aumento da produção, o qual, mediante um processo de repartição, gera um novo aumento do capital, dando sequência ao processo. Este processo de acumulação de capital/divisão do trabalho é, contudo, condicionado por dois elementos: a dimensão do mercado (emergindo o comércio como fulcral para o crescimento) e alguns aspectos de cariz institucional. O Estado deve, pois, confinar a sua actuação a domínios específicos como a justiça, a defesa ou certos serviços públicos, bem como à garantia da propriedade privada.

A esta perspectiva optimista de Adam Smith, contrapõe-se uma visão mais negativa de outros autores da escola clássica inglesa, com expressão mais significativa na célebre lei malthusiana da população, segundo a qual o crescimento populacional ocorre a um ritmo muito superior ao do crescimento dos meios de subsistência alimentar. O facto de o crescimento populacional

implicar o uso mais intensivo das terras e o recurso a terras menos férteis acabará por conduzir a economia para um estado estacionário com um rendimento *per capita* ao nível de subsistência.

Na análise de Schumpeter, é estabelecida uma diferença fundamental entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. O crescimento é associado à variação – contínua e lenta – na quantidade dos factores produtivos. Por seu lado, o desenvolvimento é um fenómeno mais complexo que quebra o “fluxo circular da vida económica” (correspondendo ao funcionamento da economia em estado estacionário, em que esta apenas se auto-reproduz), alterando o equilíbrio previamente existente. Este processo de ruptura encontra na inovação o seu elemento indutor, sendo ela que afasta a economia do equilíbrio anterior e a conduz a um novo, caracterizado por um nível superior de rendimento.

No período pós Segunda Guerra Mundial emergiu uma corrente especialmente focada na análise e explicação dos “problemas e vícios do subdesenvolvimento” – a Economia do Desenvolvimento.³ Entre as principais teorias do desenvolvimento do pós-guerra impôs-se a escola da modernização, com destaque para a abordagem funcionalista de Artur Lewis com o modelo dos dois sectores e a perspectiva evolucionista de Walt Rostow com o modelo das etapas de crescimento. Na década de 80, a corrente da contra-revolução neoclássica passa a ser a ortodoxia do desenvolvimento prevacente, inicialmente nas suas abordagens *free-market* e *new political approach* e, mais tarde, na abordagem *market-friendly*. (Todaro e Smith, 2000).

O conceito de desenvolvimento da escola da modernização estava, essencialmente, conotado com o crescimento económico, considerando-se este como condição necessária e suficiente do desenvolvimento. Por seu lado, a contra-revolução neoclássica parte dos fundamentos da teoria neoclássica do crescimento nas

³ Para uma síntese das principais vertentes em que se desdobra a Economia do Desenvolvimento, veja-se, por exemplo, Moreira e Crespo (2010a).

vertentes exógena e endógena para interpretar os insucessos dos países em desenvolvimento. Em ambas as correntes o crescimento económico assume-se como uma peça fundamental na explicação do complexo puzzle do desenvolvimento.

A teoria neoclássica do crescimento económico tem no modelo de Solow (1956) o seu contributo fundador e nuclear. Este modelo – que serviu de base para o desenvolvimento de múltiplas perspectivas teóricas posteriores – situa na acumulação de capital o elemento crucial de explicação do crescimento económico. Uma vez alcançado o estado estacionário, o rendimento *per capita* crescerá em função do progresso tecnológico.⁴ Na medida em que, no quadro deste modelo, essa taxa de progresso tecnológico é assumida como exógena, a capacidade explicativa do fenómeno do crescimento é, todavia, limitada. O desconforto perante esta situação levou à emergência, em meados dos anos 80, da designada nova teoria do crescimento (ou teoria do crescimento endógeno).

Contrariamente ao modelo de Solow, a teoria do crescimento endógeno assume rendimentos não decrescentes do capital. Em consequência desta alteração, a generalidade dos modelos enquadráveis na teoria do crescimento endógeno não prevê a convergência real entre os países. Alguns dos modelos mais influentes desta abordagem teórica apresentam razões distintas para a existência de rendimentos não decrescentes do capital. No caso do modelo de Romer (1986) – contributo fundador desta abordagem – tal é obtido através da hipótese de aprendizagem pela experiência (*learning by doing*), enquanto em Lucas (1988) é considerada a aprendizagem pelo estudo (*learning by studying*). Por seu lado, na análise desenvolvida por Barro (1990) a existência de rendimentos

⁴ O modelo de Solow (1956) tem várias limitações, entre as quais a consideração de uma taxa de poupança constante e exógena. Essa lacuna é superada no modelo de Ramsey-Cass-Koopmans (RCK). Todavia, as conclusões qualitativas principais desse modelo não diferem significativamente das obtidas por Solow.

não decrescentes do capital é gerada pela provisão de bens públicos por parte do Estado.

Alguns contributos teóricos centram a sua explicação para o crescimento e para as diferenças em termos de rendimento *per capita* entre os países na existência de um gap tecnológico. Gerschenkron (1962) distingue entre países situados na fronteira tecnológica e países tecnologicamente mais atrasados. O gap que estes últimos enfrentam representa uma oportunidade na medida em que, por imitação, esses países podem beneficiar da tecnologia desenvolvida nos países mais avançados e assim crescer a um ritmo mais acentuado, convergindo em termos reais face aos primeiros. Para Abramovitz (1986), a convergência entre os países requer a existência de “capacidade social” (competências técnicas, desenvolvimento das instituições políticas, infra-estruturas, desenvolvimento dos mercados e instituições financeiras) e de “congruência tecnológica”, ou seja, de um desfazamento não demasiado acentuado entre países seguidores e países líderes no que concerne à oferta de factores ou à dimensão de mercado, de modo a que estes últimos tenham capacidade para adaptar a tecnologia introduzida nos países líderes.

Tendo inspiração em Schumpeter e assumindo a inovação e as dinâmicas tecnológicas como vectores-chave, a perspectiva evolucionista é uma visão alternativa face à teoria neoclássica. Enquadrado nesta perspectiva, o modelo de Fagerberg (1988) salienta que tanto a inovação como a imitação contribuem para o crescimento económico. Em concreto, neste modelo, o crescimento económico é função de três elementos: (i) a difusão da tecnologia do exterior (captada por imitação), sendo que a importância deste factor varia positivamente com a distância à fronteira tecnológica; (ii) a criação de nova tecnologia no país (inovação); (iii) o desenvolvimento das capacidades do país para explorar os benefícios criados pela tecnologia disponível (capacidade de absorção).

Por último no quadro da nova geografia económica prevê-se que o processo de integração económica pode conduzir, devido à interacção entre economias de escala e custos de transporte, à

emergência de um padrão “centro-periferia”, com a concentração das indústrias com rendimentos crescentes à escala nas regiões mais centrais em termos de localização da actividade económica. A aglomeração pode ser causada por diferentes mecanismos. No quadro da abordagem da nova geografia económica, cabe destacar a mobilidade do factor trabalho (Krugman, 1991) ou as ligações *input-output* entre empresas (Venables, 1996).

4. Abordagens Alternativas do Desenvolvimento

A partir das décadas de 1950 e 1960 e, mais vincadamente, da década de 1970, assiste-se ao alargamento da discussão conceptual em torno da noção de desenvolvimento, culminando na emergência de novos e mais alargados conceitos de desenvolvimento. Na origem desta tendência situam-se vários factores que Amaro (2003) sintetiza nos seguintes: (a) frustrações dos países do Terceiro Mundo relativamente à evolução do seu desenvolvimento; (b) sinais crescentes de mal-estar social nos países desenvolvidos; (c) tomada de consciência dos problemas ambientais gerados pelo desenvolvimento; (d) irregularidades do crescimento económico nas décadas seguintes aos “anos dourados” e mudança de paradigma de crescimento económico (do fordismo à acumulação flexível); (e) existência de diversas crises nos países socialistas.

Estas novas abordagens, apesar de não excluïrem a relevância do crescimento económico, argumentam que ele é insuficiente para garantir o desenvolvimento, sendo necessário, igualmente, equacionar a influência de um conjunto de dimensões genéricas e inter-actantes, das quais se destacam a económica, a social, a política, a cultural e a ambiental (Goulet, 1992; Brito, 2004).

Esta nova e multidimensional concepção do desenvolvimento resulta do cruzamento de várias visões sobre o conceito e pressupõe uma abordagem interdisciplinar, dada a diversidade de componentes interrelacionadas que o constituem. São incentivadas, portanto, análises interdisciplinares do conhecimento científico no

plano mais amplo das ciências sociais e não apenas da ciência económica (Brito, 2004; Reis, 2005).

Seguidamente, apresentamos três vertentes fundamentais em torno das quais a discussão conceptual sobre a noção de desenvolvimento tem evoluído ao longo das últimas quatro décadas.

4.1. *Desenvolvimento sustentável*

No início da década de 1970, emerge o conceito de ecodesenvolvimento, o qual estaria na base do futuro conceito de desenvolvimento sustentável, na sequência de dois acontecimentos marcantes para a afirmação de uma mais clara preocupação com o desenvolvimento e o ambiente – a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Conferência de Estocolmo, em 1972) e o estudo encomendado pelo Clube de Roma sobre a compatibilidade das reservas de recursos estratégicos com os ritmos de crescimento (Meadows e Meadows, 1972).

O conceito de ecodesenvolvimento, largamente desenvolvido por Sachs (1980, 1986), compreende a dimensão económica e a dimensão ecológica, prevendo a satisfação das necessidades mediante a utilização controlada e racional dos recursos existentes, minimizando os desperdícios e a degradação ambiental. Neste contexto, o meio ambiente encerra, simultaneamente, valor em si mesmo e enquanto promotor do crescimento económico. Remetendo para o conceito de sustentabilidade, a preocupação central desta perspectiva consiste em acautelar o desenvolvimento futuro, evitando a destruição no presente de recursos não renováveis.

O conceito de desenvolvimento sustentável decorre do Relatório de Brundtland, publicado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED), das Nações Unidas. A definição apresentada nesse Relatório continua a situar-se como uma referência de grande receptividade internacional: *“development that meets the needs of the present generation without compromising the*

ability of future generations to meet their own needs" (WCED, 1987, p. 43). Desenvolvimento sustentável é, portanto, um processo que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que tal coloque em risco a satisfação das necessidades das gerações futuras. Essa possibilidade implica, portanto, solidariedade intergeracional.

A questão da sustentabilidade prende-se igualmente com a gestão dos recursos naturais. Numa primeira fase, a preocupação centrava-se na gestão das reservas de recursos não renováveis (petróleo, minérios e recursos estratégicos em geral). Todavia, a gestão dos recursos renováveis (caso dos serviços ambientais permitidos pela radiação solar) passou também a ser equacionado devido ao problema do ritmo de renovação / qualidade desses recursos. Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe uma nova relação com a Natureza, assente numa interdependência sistémica, definida através de um ritmo sustentável de equilíbrio entre *inputs*, *throughputs* e *outputs* na interacção entre a economia e a ecologia (Amaro, 2003).

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente usado, sobretudo a partir da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que decorreu no Rio de Janeiro, em 1992. A Conferência do Rio (também conhecida por Cimeira da Terra ou Eco-92) deu visibilidade internacional ao conceito, sendo, actualmente, um conceito assumido ao nível de várias instâncias e organismos internacionais, bem como pelos governos de diversos países, para além das organizações não-governamentais que actuam neste domínio. A Conferência de Joanesburgo (ou Rio+10), realizada em 2002, relativiza a componente ambiental dominante até aqui, realçando uma visão tridimensional da sustentabilidade, no âmbito da qual viabilidade económica, preservação ambiental e coesão social passam a constituir os três pilares do desenvolvimento sustentável (Harris, 2001).

4.2. *Desenvolvimento local e metodologia participativa*

O desenvolvimento local emerge da herança do desenvolvimento comunitário da década de 1960, proposto por autores como Silva (1962, 1963) e organizações como as Nações Unidas, procurando incorporar os seus três pilares fundamentais – auscultação das necessidades das populações, mobilização das capacidades locais como ponto de partida para as respostas e visão integrada dos problemas e soluções.

Uma multiplicidade de formulações seguiram-se à concepção alternativa do desenvolvimento comunitário, vindo a culminar no conceito de desenvolvimento local.⁵

A definição de desenvolvimento local apresentada por Pecqueur (1989), Vachon (1993) ou Houeé (2001) destaca um conjunto de elementos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento local é um processo de mudança, de base comunitária, que tem normalmente como ponto de partida a existência de necessidades que atingem o colectivo, às quais se procura responder mobilizando, prioritariamente, as capacidades locais. Na realidade, o desenvolvimento local fundamenta-se, no plano teórico, no paradigma territorialista da economia regional e das ciências do território, o qual destaca a ideia de que a diversidade de territórios de âmbito infranacional requer uma concepção do desenvolvimento que atenda aos recursos disponíveis, às necessidades locais, que seja diferenciado e multiforme e que parta do potencial endógeno em recursos e capacidades (Amaro, 1999).

Por outro lado, o desenvolvimento local obedece a uma lógica participativa, sendo dada especial importância à participação das

⁵ Entre estas, cabe destacar: (i) *village concept*, proposto pela Organização Mundial de Saúde (WHO); (ii) *another development* (Dag Hammarskjöld Foundation, 1982); (iii) desenvolvimento endógeno ou *bottom-up* (Stöhr, 1981); (iv) desenvolvimento territorial, de teóricos do paradigma territorialista, com destaque para Stöhr (1990); (v) desenvolvimento participativo.

comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais. O reforço do poder das pessoas e das comunidades através do aumento das suas capacidades (*empowerment*) é uma condição para a participação e liderança, aspecto que veio a ser aprofundado por Friedmann (1992). Tal não implica porém ignorar a relevância da utilização de recursos exógenos, na medida em que permitam complementar ou potenciar os recursos endógenos.

A visão integrada é outro dos aspectos caracterizadores do conceito, pressupondo a averiguação do quadro sistémico em que o problema se manifesta e a equação de respostas que abarquem essa diversidade. Isto exige uma lógica de parceria, uma dinâmica de trabalho conjunto da parte de instituições formais e informais, de empresas, cidadãos e administração pública, com um empenhamento e participação directa de todos os intervenientes e com impacto tendencial em toda a comunidade.

Paralelamente ao conceito de desenvolvimento local surge o conceito de desenvolvimento participativo. Os contributos teóricos mais importantes para esta concepção do desenvolvimento são de Friedmann (1992) – com o conceito de *alternative development* – e Korten (1992) – com a ênfase no *people-centered development* ao invés do *goods-centered development*. O desenvolvimento participativo consiste não apenas na melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência, mas sobretudo na luta política pelo *empowerment* dos indivíduos, que remete para a ideia de cidadania e, portanto, democracia activa e permanente (Friedmann, 1996).

4.3. *Desenvolvimento humano e compromissos de política social*

O embrião do desenvolvimento humano remonta à década de 1970 e pode ser situado na reivindicação, por parte de responsáveis institucionais na altura, em particular Mahbub ul Haq, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (ILO), e Robert

McNamara, do Banco Mundial, de que o desenvolvimento tenha o seu critério crucial ao nível da satisfação das *basic needs*. Esta reivindicação institucional de satisfação das necessidades básicas como critério decisivo no desenvolvimento é acompanhada pelas análises de teóricos como Seers (1979) e Streeten (1981).

O conceito *basic needs* é definido pela ILO como um conjunto de necessidades fundamentais que têm, prioritariamente, que ser satisfeitas para toda a população do planeta, i.e. alimentação, vestuário, habitação, educação e saúde (Stöhr, 1990). Por outras palavras, partindo do patamar de sobrevivência para o patamar de dignidade mínima, a sobrevivência fisiológica, a educação e a saúde são os pilares das *basic needs* e o emprego um pilar instrumental (um meio de obter rendimento).

A discussão do conceito de desenvolvimento humano a partir das necessidades básicas foi apresentada, em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), de acordo com o qual o desenvolvimento humano é: *“a process of enlarging people’s choices. In principle, these choices can be infinite and change overtime. But at all levels of development, the three essential ones are people to lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible”* (UNDP, 1990, p. 10).

Actualmente, o conceito de desenvolvimento humano é mais complexo e abrangente, incluindo, para além das três componentes acima consideradas, outras dimensões, de que se destacam a liberdade, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade e a segurança (UNDP, 1996).

Sen (1999) – colaborador na idealização do conceito de desenvolvimento humano – concebe o desenvolvimento como liberdade, entendida esta no seu sentido amplo, de forma a incluir não só as capacidades elementares como a de evitar privações de fome, subnutrição, mortalidade evitável, mortalidade prematura, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, etc. Desenvolvi-

mento é, assim, segundo Sen, um processo de expansão destas e de outras liberdades fundamentais.

A equidade é outra componente do desenvolvimento humano que vem assumindo uma importância crescente e que ultrapassa a vertente da distribuição dos rendimentos. Esta dimensão sublinha o direito de todos a uma igual oportunidade de acesso a uma vida longa e saudável, a um nível de conhecimentos aceitável e a um padrão de vida adequado, i.e. independente do género, estrato socioeconómico, origem étnica, escalão etário, opções políticas, ideológicas ou religiosas, ou ainda origem regional. A sustentabilidade implica uma visão de longo prazo assente na responsabilização e na equidade intergeracional. Em suma, “o que é preciso legar não é tanto uma reserva específica de riqueza produtiva, mas o potencial para atingir um determinado nível de desenvolvimento humano” (UNDP, 1996, p. 56).

Por último, a concepção humana do desenvolvimento passou também a incluir a segurança humana, associada não só à subsistência alimentar e satisfação de outras necessidades básicas como também à protecção relativamente a desastres naturais ou a coacções impostas pela repressão política, pelo crime organizado, etc. (UNDP, 1994).

De forma sumária, desenvolvimento humano constitui um processo de alargamento das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, de expansão das liberdades humanas, de valorização das capacidades dos indivíduos, que lhes permitam ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, com igualdade de oportunidades e em segurança.

Na medida em que pobreza é, em rigor, a ausência de desenvolvimento humano, ou seja, a negação das oportunidades e escolhas elementares, a concepção do desenvolvimento humano cruza-se, ainda, com as questões de “luta contra a pobreza”, as quais assumiram uma especial dimensão com a Cimeira do Milénio, das Nações Unidas, realizada em 2002, e na sequência da qual se defi-

niram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG), i.e. “*a pact between nations to defeat human poverty*” (UNDP, 2003, p. 31).

Finalmente, os compromissos de política social decorrentes da filosofia do desenvolvimento humano foram assumidos na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, organizada pelas Nações Unidas, em 1995, dando origem ao conceito de desenvolvimento social. Neste âmbito, os países-membros comprometeram-se a promover a dimensão social do bem-estar mediante a introdução de mínimos sociais como o salário mínimo, o rendimento mínimo, a pensão social mínima, a escolaridade obrigatória, o plano nacional de saúde, entre outros mínimos de bem-estar social. O desenvolvimento social é, pois, entendido como o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar por parte de vários países e organizações internacionais (Amaro, 2003).

5. A medição do desenvolvimento – uma análise efectivamente multidimensional?

Como as secções anteriores evidenciaram, o conceito de desenvolvimento conheceu, nas últimas décadas, uma ampla análise, traduzida no alargamento do seu espectro conceptual. Nessa medida, não surpreende que a essa maior abrangência do próprio conceito de desenvolvimento se tenham procurado associar, nos anos mais recentes, as metodologias empíricas que a permitissem captar de forma mais adequada. Neste contexto, várias tentativas começaram a emergir no sentido de complementar o rendimento *per capita* enquanto medida sumária de desenvolvimento, assistindo-se a uma tentativa crescente de tornar multidimensionais os indicadores de desenvolvimento. Especial proeminência assume, neste âmbito, a proliferação de indicadores compostos de desenvolvimento, os quais conseguem, de forma mais directa, captar as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento, permitindo uma avaliação mais rigorosa desse fenómeno (Bandura, 2008; Saisana, 2008; Soares e Quintella, 2008).

Os indicadores compósitos são agregações de um conjunto de indicadores mais específicos. Apesar de ser longo o debate em torno dos seus méritos e deméritos, a sua profusa aplicação fundamenta-se essencialmente no facto de permitirem sintetizar, sem perda de informação, questões complexas ou multidimensionais e na maior facilidade de interpretação quando comparados com um leque de indicadores individualmente considerados (OECD e European Commission, 2008).

Com base numa proposta de nomenclatura das principais dimensões integrantes do desenvolvimento, Moreira e Crespo (2010b) avaliam 54 indicadores compósitos de desenvolvimento no sentido de analisarem a sua capacidade para captarem as diferentes componentes do desenvolvimento. Entre outros resultados, cabe destacar duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, verifica-se, no caso de um número muito significativo de indicadores, que esses mesmos indicadores captam poucas dimensões constitutivas do desenvolvimento. Em segundo lugar, e atendendo às dimensões captadas, constata-se que a educação e a saúde são as dimensões mais frequentemente incluídas nos indicadores compósitos de desenvolvimento avaliados (num contexto em que são consideradas as seguintes dimensões do desenvolvimento: rendimento, distribuição do rendimento, educação, saúde, emprego, infra-estruturas, valores e ambiente).

As considerações estabelecidas nesta secção deixam clara a necessidade de um aprofundamento da investigação na área do desenvolvimento que abarque a dupla dimensão de, por um lado, converter no domínio dos indicadores de desenvolvimento a riqueza conceptual actualmente extraível dos diversos conceitos existentes na literatura e, por outro, que os indicadores que vão emergindo consigam incluir na sua construção as principais dimensões que uma visão lata e ecléctica do desenvolvimento comporta.

6. Observações conclusivas

O desenvolvimento é um fenómeno complexo, multidimensional e que não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora. Desde muito cedo, se observam esforços na pesquisa de novos conceitos de desenvolvimento que se afastassem da sua identificação com o crescimento económico saída do pós Segunda Guerra Mundial. Os contributos críticos e de busca de um novo conceito de desenvolvimento surgem, de forma embrionária, durante os anos 1950 e 1960 mas é, especialmente, a partir da década de 1970 que prolifera uma variedade enorme de adjetivos acoplados ao termo “desenvolvimento”.

No contexto das abordagens alternativas ao desenvolvimento das últimas quatro décadas, a referência especial aos conceitos de desenvolvimento sustentável, humano e local não está dissociada da importância crescente que vêm assumindo, por um lado, as estratégias *from below* e *people-centered development*, que procuram devolver às pessoas *empowerment*, permitindo-lhes que sejam protagonistas activos dos seus próprios processos de vida; por outro, a questão ambiental e a prioridade atribuída às capacidades das pessoas na promoção do desenvolvimento, que procuram que a produção de bens e serviços se subordine à Natureza e ao bem-estar em geral. No essencial, são abordagens do desenvolvimento que assumem explicitamente uma perspectiva multidimensional, procurando estabelecer relações entre as dimensões económica, social, cultural, política e ambiental das sociedades.

A riqueza de reflexões e propostas das últimas quatro décadas traduz-se, globalmente, num ponto de viragem fundamental em relação às tradicionais abordagens e práticas do desenvolvimento, mas, em especial, as concepções actuais de desenvolvimento económico, sustentável, humano e local contribuem para a afirmação crescente de uma noção ecléctica de desenvolvimento, pese embora o facto de esta não se encontrar ainda plenamente consolidada na literatura.

Se o fenómeno do desenvolvimento é, por definição, multidimensional, então o indicador tradicional de eleição na medição do desenvolvimento – o PIB e a sua família de indicadores (em termos *per capita*) – revela-se claramente insuficiente. Sendo possível e desejável a consideração de conjuntos de indicadores representativos das dimensões cruciais do desenvolvimento, este fica melhor retratado em termos quantificados.

No âmbito da avaliação quantificada do desenvolvimento, os indicadores compósitos são uma forma de operacionalização empírica do conceito que pode exprimir a sua multidimensionalidade, no sentido de incluírem um conjunto de variáveis representativas de uma visão mais alargada do nível de desenvolvimento dos países. No entanto, os índices de desenvolvimento que vêm sendo propostos na literatura, ora apresentam uma natureza unidimensional (captam sub-dimensões de uma dimensão específica do desenvolvimento), ora, quando são de carácter multidimensional, incluem um número escasso de dimensões do desenvolvimento e, nessa medida, fornecem uma visão eminentemente parcelar do fenómeno. Desta forma, parece aberto o espaço para a emergência de novos contributos que permitam colmatar esta fragilidade ao nível da avaliação empírica de um fenómeno decisivo como o desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVITZ, M. (1986), "Catching Up, Forcing Ahead and Falling Behind", *Journal of Economic History*, 46(2), pp. 385-406.
- AMARO, R. (2003), Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro / Julho, pp. 37-70.
- AMARO, R. (1999), *Análise das Necessidades e das Potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa Perspectiva de Criação de Emprego e de Desenvolvimento Local*, Lisboa: PROACT e S.A.E./ISCTE.
- BANDURA, R. (2008), *A Survey of Composite Indices Measuring Country Performance: 2008 Update*, UNDP/ODS Working Paper, New York: Office of Development Studies.

- BARRO, R. (1990), "Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth", *Journal of Political Economy*, 98(5), pp. 103-125.
- BOOYSEN, F. (2002), An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development, *Social Indicators Research*, 59 (2), pp. 115-51.
- BRINKAM, R. (1995), Economic Growth versus Economic Development: Toward a Conceptual Clarification, *Journal of Economic Issues*, XXIX (4), pp. 1171-88.
- BRITO, B. (2004), Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE.
- DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION (1982), *What Now? Another Development. The 1975 Dag Hammarsköld Report on Development and International Cooperation*, Sweden: Motala Gafiska.
- EASTERLY, W. (1999), Life During Growth, *Journal of Economic Growth*, 4 (3), pp. 239-76.
- FAGERBERG, J. (1988), Why Growth Rates Differ, in: G. Dosi, C. Freeman, R. Nelson, G. Silverberg e L. Soete (eds.), *Technical Change and Economic Theory*, London: Pinter Publishers.
- FRIEDMANN, J. (1996), *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras: Celta Editora.
- FRIEDMANN, J. (1992), *Empowerment: the Politics of Alternative Development*, Cambridge: Blackwell.
- GANGADHARAN, L. e VALENZUELA, M. (2001), Interrelationship Between Income, Health and the Environment: Extending the Environmental Kuznets Curve Hypothesis, *Ecological Economics*, 36, pp. 513-31.
- GERSCHENKRON, A. (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Cambridge: The Bellknap Press.
- GOULET, D. (1992), Development: Creator and Destroyer of Values, *World Development*, 20 (3), pp. 467-75.
- HARRIS, J. (2001), *A Survey of Sustainable Development: Social and Economic Dimensions*, Washington: Island Press.
- HOUEÉ, P. (2001), *Le Développement Local au Défi de la Mondialisation*, Paris: L'Harmattan.
- KENNY, C. (2005), Why Are We Worried About Income? Nearly Everything that Matters is Converging, *World Development*, 33 (1), pp. 1-19.
- KORTEN, D. (1992), People-Centered Development: Alternative for a World in Crisis, in: K. Bauzon (ed.), *Development and Democratization in the Third World: Myths, Hopes and Realities*, New York: Crane Russak. Korten, cap. 2.
- KRUGMAN, P. (1991), "Increasing Returns and Economic Geography", *Journal of Political Economy*, 99(3), pp.483-499.
- LUCAS, R. (1988), "On the Mechanics of Economic Development", *Journal of Monetary Economics*, 22(1), pp. 3-42.
- MATOS, A. (2000), *Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional*, Tese de Doutoramento em Economia, Universidade da Beira Interior.
- MEADOWS, D. e MEADOWS, D. (1972), *The Limits of Growth*, London: Pan Books.
- MOREIRA, S. e CRESPO, N. (2010a), "Economia do Desenvolvimento – das Abordagens Tradicionais aos Novos Conceitos de Desenvolvimento", mimeo.

- MOREIRA, S. e CRESPO, N. (2010b), "Indicadores Compósitos – uma Avaliação Efectivamente Multidimensional do Desenvolvimento?", mimeo.
- MORSE, S. (2004), *Indices and Indicators in Development*, London, Stirling VA: Earthscan Publications Ltd.
- OCDE e EUROPEAN COMMISSION (2008) Handbook ou Constucty Confront Indicators: Methodology and User Guide, Paris e Is pra : OECD /the Statistics Directorate and the Directorate for Science Technology and Industry) e European Commission (the Econometries and Applieed Statitics Unit of the Joint Reserch Centre)
- PECQUEUR, B. (1989), *Le Développement Local*, Paris: Syros-Alternatives.
- PRESTON, S. (1975), The Changing Relation Between Mortality and Level of Economic Development, *Population Studies*, 29 (2), pp. 231-48.
- PRITCHETT, L. e SUMMERS, L. (1993), *Wealthier is Healthier*, World Bank Policy Research Working Paper No. 1150, Washington, DC: The World Bank.
- RAY, D. (1998), *Development Economics*, Princeton: Princeton University Press.
- REIS, V. (2005), *Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde: Contributo Português*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE.
- ROMER, P. (1986), "Increasing Returns and Long-Run Growth", *Journal of Political Economy*, 94(5), pp. 1002-1037.
- SACHS, I. (1986), *Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir*, S. Paulo: Vértice.
- SACHS, I. (1980), *Stratégies de l'Écodeveloppement*, Paris: Les Éditions Ouvrières.
- SAISANA, M. (2008), *List of Composite Indicators*, [<http://composite-indicators.jrc.ec.europa.eu/>], 6 de Junho de 2009.
- SAISANA, M. e TARANTOLA, S. (2002), *State-of-the-art Report on Current Methodologies and Practices for Composite Indicator Development*, Joint Research Centre, European Comission.
- SCOTT, M. (1989), *A New View of Economic Growth*, Oxford: Clarendon Press.
- SEERS, D. (1979), Os Indicadores de Desenvolvimento: O Que Estamos a Tentar Medir?, *Análise Social*, XV (60), pp. 949-68.
- SEN, A. (1999), *Development as Freedom*, New York: Alfred A. Knopf.
- SEN, A. (1988), The Concept of Development, in H. Chenery e T. Srinivasan (eds), *Handbook of Development Economics*, Volume I, Amsterdam: Elsevier Science Publishers.
- SILVA, M. (1963), Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário, *Análise Social*, I (4), pp. 538-58.
- SILVA, M. (1962), *Desenvolvimento Comunitário: Uma Técnica de Progresso Social*, Lisboa: AIP.
- SIMON, D. (2003), Dilemmas of Development and the Environment in a Globalizing World: Theory, Policy and Praxis, *Progress in Development Studies*, 3 (1), pp. 5-41.
- SOARES, J. e QUINTELLA, R. H. (2008), Development: An Analysis of Concepts, Measurement and Indicators, *Brazilian Administration Review*, 5 (2), pp. 104-24.
- SOLOW, R. (1956), A Contribution to the Theory of Economic Growth, *Quarterly Journal of Economics*, 70 (1), pp. 65-94.
- STÖHR, W. (1990), *Global Challenge and Local Response; Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*, New York: The United Nations University.

- STÖHR, W. (1981), Development from Below: The Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm, in: W. Stöhr e D. Taylor (eds.), *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester, John Wiley and Sons, pp. 39-72.
- STREETEN, P. (1981), *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*, New York: Oxford University Press.
- TODARO, M. e SMITH, S. (2000), *Economic Development*, 8ª edição, New York: Oxford University Press.
- UNDP (2003), *Human Development Report 2003*, New York: Oxford University Press.
- UNDP (1996), *Human Development Report 1996*, New York: Oxford University Press.
- UNDP (1994), *Human Development Report 1994*, New York: Oxford University Press.
- UNDP (1990), *Human Development Report 1990*, New York: Oxford University Press.
- Vachon, B. (1993), *Le Développement Local: Théorie et Pratique*, Montréal: Gaëtem Morin.
- VENABLES, A. (1996), "Equilibrium Locations of Vertically Linked Industries", *International Economic Review*, 37(2), pp. 341-359.
- WCED (1987), *Our Common Future: Brundtland Report*, New York: Oxford University Press.